

THOMAS KRUCHEM

TERRA E ÁGUA

**SOBRE A RESPONSABILIDADE
DOS INVESTIDORES AGRÍCOLAS ESTRANGEIROS
NA ÁFRICA AUSTRAL**



Thomas Kruchem

Terra e Água



Depois de recuar durante 30 anos, o problema da subnutrição tem vindo a crescer novamente desde 2008. Ninguém sabe como vão ser alimentadas as nove mil milhões de pessoas no ano 2050. A maior preocupação é a África, onde em muitos dos lugares quase metade da população passa fome.

Juntos, a Zâmbia, Moçambique e a Tanzânia têm água e terra suficiente para alimentar todo o continente africano. Mas o que se nos apresenta na realidade é totalmente diferente: os pequenos agricultores não evoluem, 70 a 80 por cento da população vive de uma agricultura de subsistência com garantia de pobreza. Terras aráveis são mal aproveitadas ou nem o são; os resultados das colheitas poderiam ser muitíssimo melhores se fossem explorados os alimentos adequados, se a terra fosse adubada corretamente, se houvesse uma gestão de solos profissional. As queimadas, a produção de carvão e a caça com fogo atacam o Meio Ambiente e o clima.

O que leva a estas dificuldades? O que impede os pequenos agricultores de África a terem acesso ao conhecimento agrícola, a inputs agrícolas e mercados adequados? Onde falharam os 50 anos de Ajuda de Cooperação para o Desenvolvimento, em que foram investidos centenas de milhões de euros?

Face à crescente bomba social, vários governos apostam agora nos investidores agrícolas estrangeiros para salvarem a agricultura africana. No entanto, muitos destes investidores foram agora apelidados de ladrões de terras sem escrúpulos e muitas das vezes os seus empreendimentos falharam. Será que serviu de lição a outros investidores? Será que os investidores poderão ajudar a mobilizar o enorme potencial agrícola e hídrico da África Austral? Será que os investidores, na função de parceiros, transmitem perspectivas aos pequenos agricultores e ajudam, desta forma, a estabilizar a segurança alimentar e, por último, será que impulsionam ou abrandam o desenvolvimento rural?

Thomas Kruchem foi à procura das respostas diretamente no local. O jornalista visitou aldeias remotas e projetos de investimentos, falou com representantes dos governos e com inúmeros especialistas. Numa análise penetrante e uma reportagem emocionante, Kruchem confere-nos uma visão de uma realidade agrícola, que em muitos de nós permanece enublada não só por embelezamentos como também por clichés ideológicos.

Thomas Kruchem

Terra e Água

Sobre a responsabilidade
dos investidores agrícolas estrangeiros
na África Austral

editado pela
Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

tradução de
Kia Herbers

Brandes & Apsel

Para mais informações sobre o programa editorial contacte a editora:
Brandes & Apsel Verlag, Scheidwaldstr.22, 60385 Frankfurt am Main,
Germany. E-mail: info@brandes-apsel.de, Site: www.brandes-apsel.de



1ª edição 2013 (ebook)

1ª edição 2013 (printed book)

© Brandes & Apsel Verlag GmbH, Frankfurt am Main

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução parcial ou total, por qualquer meio. Protegido pela lei do Direito Autoral.

Título original: Land und Wasser

Autor: Thomas Kruchem

Tradução: Kia Herbers

Revisão: Inês Pinto Leite

Capa: Felicitas Müller, Brandes & Apsel Verlag, Frankfurt a. M. /

Tim Kruchem, Marburg

DTP: Felicitas Müller, Brandes & Apsel Verlag, Frankfurt a. M.

Copyright das imagens: 1-23, 26-62, 64-67, 70-73: Thomas Kruchem

24/25: Conservation Farming Unit; 63: ACRA; 68/69: Michael Mutale/
ZAMCOM

Vendas e marketing no sul de África: Blue Weaver, Specialist Publishers
Representatives, P. O. Box 30370, Tokai 7966, Cape Town, South Africa
e-mail: info@blueweaver.co.za

ISBN 978-3-95558-054-4 (ebook)

ISBN 978-3-95558-048-3 (printed book)

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
Encontros	9
O mundo precisa de mais produtos agrícolas	11
O crescimento africano – em tudo, menos na agricultura	14
Investidores agrícolas: oportunidade ou perigo?	16
I. TRABALHO ÁRDUO COM GARANTIA DE POBREZA	23
Países de riqueza e pobreza	24
Agricultura em solos pobres	28
Os pequenos agricultores nunca tiveram uma hipótese	31
O fogo destrói os solos	33
Gado: fonte de estatuto mas não de alimento	38
A produção de carvão vegetal e a caça com fogo destroem as florestas	39
Não há recursos para uma nova agricultura	43
2. EXPECTATIVAS	51
Sentido de responsabilidade e bolas de sabão	52
As expectativas dos países	57
Como funciona a transparência?	66
3. UM RECURSO CHAVE: A TERRA	75
A posse de terras, o direito à terra e os investidores	77
O arrendamento de terras com títulos	84
«Alimenta África» – <i>Chayton</i> na Zâmbia	84
Agricultura de conservação – <i>Amatheon</i> na Zâmbia	89
O conflito à volta do arroz – a <i>ETG</i> na Tanzânia	100
Roubo de terras? – <i>Agrisol</i> na Tanzânia	108
Arrendar terras de pequenos agricultores	110
Expropriados de Kaunda – Os Lamba de Mpongwe	111

Promessas por cumprir – <i>Hoyo Hoyo</i> em Moçambique	116
Pinheiros e eucaliptos – A <i>Chikweti</i> em Moçambique	120
Bancarrota – A <i>Sun Biofuels</i> na Tanzânia	130
Modelos de cooperação com agricultores contratados	138
O algodão e as oportunidades – A <i>COMPACI</i> na Zâmbia	141
Um idílio de açúcar? – <i>Illovo</i> na Zâmbia, em Moçambique e na Tanzânia	147
4. OUTRO RECURSO CHAVE: A ÁGUA	161
A abundância de um bem escasso	161
Investidores, conflitos hídricos e gestão de recursos na Zâmbia	167
Os Lamba não têm acesso ao rio	169
Investidores, conflitos hídricos e gestão de recursos em Moçambique	171
Porque é que a <i>Chikweti</i> não paga pela água?	172
A degradação das infraestruturas de rega	173
Medo interminável da <i>Procana</i>	175
Investidores, conflitos hídricos e gestão de recursos na Tanzânia	176
A luta pela água no Grande Ruaha	179
Os poluidores de Njombe	180
Irrigação responsável	182
Esforçar-se por sustentabilidade – Chayton e <i>Amatheon</i>	182
Água açucarada – A situação complicada da <i>Illovo</i>	185
Poupar água – A <i>AgroEcoFuel</i> na Tanzânia	188
Garantir a paz – A gestão transfronteiriça dos recursos hídricos	190
Rios secos em Moçambique	191
Concorrência – Energia e agricultura no Zambeze	192
As razões que tornam a <i>ZAMCOM</i> tão importante	197
PERSPETIVAS	199
Um segundo «milagre do Cerrado»?	
O projeto <i>ProSavana</i> em Moçambique	200
O mais importante é <i>Gundi</i> – a cooperação da <i>AgroEcoFuel</i> com agricultores contratados na Tanzânia	203

PREFÁCIO

Dedico este livro às milhões de crianças subnutridas deste mundo. Deparo-me com estas crianças vezes sem conta durante as minhas viagens ao sul de África e a outros lugares. Muitas destas crianças já nascem aprisionadas a uma pobreza extrema, nascem física e psicologicamente alteradas e com pouquíssimas oportunidades de se desenvolverem ao longo das suas vidas. Estas crianças irão morrer sem realmente terem vivido.

Inevitavelmente surge a pergunta: será que uma constituição democrática e eleições livres são o suficiente para designar um país de democrático? Ou será que isso não requer pelo menos mais um requisito adicional? O primeiro objetivo de qualquer governo não deveria ser, por definição, garantir a segurança alimentar ao seu povo? A liberdade e a democracia não passarão somente de palavras se não houver alimento suficiente?

Terra e água são os recursos mais importantes para garantir a nossa segurança alimentar. Para sobrevivermos a longo prazo precisamos de usufruir destes recursos de forma sustentável, nomeadamente de acordo com as regras da democracia e com base em conhecimentos técnicos aprofundados. Em Estados recentes, como a Zâmbia, Moçambique e a Tanzânia, esta tarefa está associada a enormes desafios. Por um lado, os investidores agrícolas estrangeiros podem ajudar a lidar com estes desafios, mas por outro podem também levar a uma acentuação da pobreza e da injustiça.

Juntamente com os meus colegas Nebert Mulenga na Zâmbia, William Mapote em Moçambique e Orton Kiishweko na Tanzânia, pesquisei sobre os conhecimentos, as experiências e as perspetivas das pessoas afetadas, sendo que a minha questão principal foi: como poderá a Terra e a Água garantir a segurança alimentar e promover o desenvolvimento rural?

Este assunto toca no cerne da existência humana, o que muitas das vezes nos dificultou o nosso trabalho e fez com que tivéssemos que lidar

com alguma desconfiança. Muito por causa disto, não posso agradecer suficientemente a todos os interlocutores que, sem reservas, compartilharam conosco as suas experiências e desta forma prestaram um grande serviço aos nossos leitores e à formação da vontade democrática.

Agradeço aos meus colegas africanos e aos especialistas internacionais que me possibilitaram o acesso a pessoas e informações. No entanto, devo mencionar que eu sou o único responsável pela apresentação do tema deste livro, sendo que também não reflete as posições oficiais da GIZ.

Os responsáveis da GIZ pelo *programa transfronteiriço de gestão da água da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)* e do Secretariado da SADC apoiaram-me ativa e pacientemente a terminar com êxito um projeto difícil. Por isso, agradeço-lhes imenso.

Os meus agradecimentos especiais dirigem-se, mais uma vez, a duas pessoas: Horst Vogel, que entretanto gere um programa da GIZ nas Caraíbas e que, apesar do seu pouco tempo livre, leu cuidadosamente o manuscrito e ajudou-me significativamente com a sua crítica rigorosa e construtiva e com as informações necessárias para tornar este livro num livro legível. Agradeço também à minha mulher Cécilia, que mais uma vez me muniu com a força necessária.

Mauer, Setembro de 2013
Thomas Kruchem

INTRODUÇÃO

PODERÃO INVESTIDORES ESTRANGEIROS AJUDAR ÁFRICA A TIRAR PROVEITO DA SUA ÁGUA E DA SUA TERRA?

ENCONTROS

... NA ZÂMBIA:

Chieftainess Lesa, chefe do povo dos Lamba, no distrito Mpongwe, na Zâmbia do Norte, está sentada numa cadeira de madeira – com vestes simples, ladeada por aconselhadores e um soldado salutante. Com uma voz sussurrante, mas insistente, Lesa relata como o governo da Zâmbia e os investidores agrícolas estrangeiros, ao longo de décadas, se apoderaram de terras do seu povo – mais de 100 mil hectares. Os agricultores de monoculturas comerciais chegaram ao ponto de negar o acesso ao caudaloso rio Kafue aos pequenos agricultores do povo dos Lamba, ficando Lesa impedida de cumprir a sua obrigação de dar um pedaço de terra fértil a cada um dos seus súbitos, condenando assim jovens famílias a procurar um novo sustento nas cidades.

A 300 quilómetros de Mpongwe, nos arredores da pequena cidade no oeste da Zâmbia, Mumbwa, o agricultor Forbes Gwirize, de 52 anos, olha com orgulho, do seu trator, para as suas terras aradas. Durante anos, Forbes tentou infrutiferamente cultivar em dois hectares de terra ácida – com bois emprestados, que raramente estavam disponíveis quando ele precisava. Hoje é um agricultor contratado pela empresa americana de algodão *Dunavant* e explora quase 50 hectares – nos quais alterna, numa cultura rotativa, algodão, milho e soja. Num futuro próximo, Gwirize quer investir num sistema de irrigação, que lhe possibilitará fazer colheitas semestrais.

...EM MOÇAMBIQUE:

A jovem agricultora Delfina Sidónio vive em Ruace, uma aldeia construída de barracas de terra e palha com aproximadamente dez mil habitantes, situada entre as cidades Gurué e Lioma, no norte da província Zambézia. Durante a nossa conversa, Sidónio, mãe solteira de dois filhos, chora. Conta-me que a sua única fonte de sustento é uma *Mashamba*, um acre de dois hectares. Em agosto de 2008 apareceram em Ruace representantes do governo local e da empresa portuguesa *Quifel* a reclamar o acre de Sidónio, com o fim de cultivar uma plantação de soja. Obviamente que receberia em troca um pedaço de terra equivalente e um bom montante em dinheiro. Até hoje, as promessas não foram cumpridas. A agricultora teve que pedir apoio, afundou-se em dívidas e tem medo que os seus filhos venham a passar fome.

Numa pequena casa na periferia da cidadezinha Manhiça, a 80 quilómetros a norte de Maputo, visito o agricultor Mario Cossa, de 54 anos de idade e pai de onze filhos. Em 2006, Mario decidiu plantar cana-de-açúcar – ao serviço da empresa anglo-sul africana *Illovo*. Com regadio fornecido por esta, Cossa obteve colheitas extraordinárias. Hoje em dia planta cana-de-açúcar em 20 hectares e noutros dois planta legumes para a família. E está a ponderar expandir.

...NA TANZÂNIA:

Numa barraca de betão pincelada de azul, que serve de Câmara Municipal para a aldeia Mtamba, estou sentado com Ashura Omari, Ali Mrishu e Holuka Koba, numa rudimentar mesa de madeira. Os três fazem parte de um comité de onze aldeias, perto da cidade Kisarawe, nos arredores de Dar es Salaam. Relatam histórias desmotivantes de investimentos agrícolas que falharam: em 2008, as aldeias arrendaram milhares de hectares de terrenos baldios à empresa britânica *Sun Biofuels*, que nos mesmos cultivava pinhão-manso para produzir biodiesel. A empresa compensaria os agricultores que conseguissem provar ter direitos sobre as terras e prometeram ainda investir em infraestruturas. Porém, os desentendimentos

sobre as indemnizações não demoraram a surgir e nem pinhão-manso se desenvolviam tão bem como o esperado. No verão de 2011, a *Sun Biofuels* faliu e 330 habitantes das aldeias perderam os seus empregos nas plantações.

Em Kiswangwa, uma aldeia perto da cidade Bagamoyo, na costa do Oceano Índico, vejo 25 homens e mulheres que, numa manhã abafada, trabalham arduamente mas com um sorriso no rosto. Munidos de enxadas e picaretas escavam uma vala para os sistemas de rega artificiais – da estação de bombas no rio Wami, até a um terreno a 600 metros de distância, destinado a ser um arrozal que faz parte de um projeto-piloto. Há sete anos que o governo distrital forneceu bombas e tubos de água aos agricultores; durante sete anos não sabiam o que fazer com tais coisas – até que chegou a *AgroEcoFuel*. A empresa sueca pretende ajudar os agricultores a montar uma plantação de cana-de-açúcar e outras culturas agrícolas, que deverá pertencer unicamente aos agricultores. A *AgroEcoFuel* não só se encarrega do financiamento do projeto, como também irá disponibilizar uma equipa de 40 pessoas para aconselhar os agricultores – que estará pronta para ajudar diariamente, ao longo de vários anos.

O MUNDO PRECISA DE MAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS

Todas estas histórias relatam casos verídicos sobre pessoas afetadas por investidores agrícolas estrangeiros em África – umas mais, outras menos. O investimento agrícola em África tem crescido de forma alucinante e, segundo os especialistas, registou-se um aumento significativo de investidores nos últimos anos; no mundo todo, mais de 200 milhões de hectares estarão envolvidos, dois terços só em África. Empresas agrícolas, fundos de investimento, investidores estatais e semi-estatais tentam comprar ou arrendar terrenos, para neles cultivarem plantas, com o objetivo de produzir

combustível biológico – muitas vezes destinado unicamente para o consumo nos países de origem dos investidores.

EXISTEM BOAS RAZÕES PARA TAIS INVESTIMENTOS:

- Com a crise dos preços dos produtos alimentares de 2008, tornou-se notório que os países desenvolvidos, os países produtores de petróleo e as economias em transição com maior número de população, como a Índia e a China, não conseguem produzir alimentos suficientes nas suas terras, de maneira a saciar o consumo cada vez maior: a população cresce; a nova classe média dos países em transição quer comer mais carne, cuja produção consome até dez quilos de cereais por quilo de carne. Além disso, devido à mudança climática, a escassez de produtos alimentares é condicionada pelas catástrofes naturais que ocorrem com cada vez mais frequência e intensidade: em 2012, as secas na América do Sul catapultaram o preço da soja a um novo recorde; na América do Norte a colheita do milho teve uma quebra de 70 por cento devido às secas de 2012 e terá custado aos agricultores dos EUA cerca de 20 mil milhões de dólares.
- Devido ao aumento dos preços dos combustíveis, os EUA e a UE implementaram leis que ditam elevados níveis de combustível biológico aos condutores; 40 por cento da produção de milho nos EUA é transformada em combustível biológico, um terço da produção de milho na Alemanha é transformada em gás biológico e o Brasil cultiva cana-de-açúcar em 100 mil hectares, para ser transformado em etanol. A procura de terras para a produção de combustível biológico disparou.
- A mudança climática é acelerada pela crescente libertação de gases atmosféricos, como o dióxido de carbono. A fim de remar contra esta tendência, instituições nacionais e internacionais decidiram tributar a produção destes gases e implementaram os certificados de emissão para gases atmosféricos. Quem cultiva florestas em grande escala, nomeadamente com árvores que absorvem dióxido de carbono, recebe estes certificados e poderá vendê-los a empresas que emitam grandes

quantidades do mesmo. É um negócio rentável para empresas que cultivam árvores de crescimento rápido, como pinheiros ou eucaliptos. As empresas lucram a dobrar: ora pela madeira, ora pelos certificados de emissão.

Não é difícil prever que a escassez de alimentos irá aumentar nos próximos anos, nem que a constante subida de preços dos produtos alimentares irá prejudicar principalmente os países mais pobres do mundo. Quando durante 30 anos o número de pessoas que mundialmente sofre de subnutrição foi descendo, a partir de 2008 começa novamente a crescer. Perante estes factos, organizações como a *Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations)* e inúmeros outros organismos de ajuda reagiram. Para que em 2050, nove mil milhões de pessoas tenham alimentos suficientes, os investimentos agrícolas de pessoas privadas terão de subir



Fig. 1: Uma rica variedade de alimentos – algo que em África, onde o número de pessoas subnutridas está a crescer novamente, não é um dado adquirido.

drasticamente nos países menos desenvolvidos; segundo o *Índice Global de Fome* do conceituado *International Food Policy Research Institute (IFPRI)*, a área cultivada mundialmente (terras cultivadas, pastagens vedadas, aquacultura em água doce) terá de aumentar até 20 por cento – isto às custas das florestas e prados.

Uma grande parte das terras possíveis para estes empreendimentos situa-se em África. Teoricamente, os cidadãos de vários países deste continente não precisariam de sofrer por causa do aumento dos preços dos produtos alimentares – pelo contrário, deveriam até beneficiar. No entanto, não é fácil explorar de forma consciente o grande potencial dos terrenos baldios que existe nestes países. Para que isso aconteça, e para que o resultado seja mais positivo do que negativo, o desenvolvimento agrícola em África tem de ter em conta o interesse da população local: terão de ser apresentados projetos duradouros e sustentáveis, respeitando sempre o meio ambiente e todos os recursos oferecidos pela natureza.

○ CRESCIMENTO AFRICANO – EM TUDO, MENOS NA AGRICULTURA

A maioria dos países da África subsaariana está a viver um desenvolvimento económico – há pouco mais de uma década – com taxas de crescimento que rondam em média mais de seis por cento. Este crescimento deve-se, maioritariamente, à exportação de matérias-primas como o cobre, o carvão, gás e madeira, principalmente para a China e para a Índia. Para além das receitas das exportações (que dispararam a importação de bens baratos e a construção de estradas, prédios e portos) foram também os mil milhões de euros de ajudas estrangeiras e o abatimento de dívidas que acentuaram este desenvolvimento.

No local, economistas explicaram-me que este crescimento tem dois inconvenientes:

1. Quem beneficia são quase unicamente as elites; o crescimento criou apenas poucos empregos para a população em geral e os que criou, são mal pagos. De acordo com uma estimativa da empresa consultora McKinsey & Co., mais de 70 por cento dos mais de 400 milhões de africanos aptos a trabalhar estão ou desempregados ou sobrevivem em setores informais. O tempo está a acabar, ouve-se o tiquetaque das bombas sociais: a população não para de crescer – de um mil milhão de habitantes em 2009, para dois mil milhões em 2050. Especialistas locais de sociedades civis alertam para o agravamento dos conflitos sociais e que estes poderão resultar em tensões religiosas e étnicas.
2. No setor económico da agricultura, que ocupa 70 a 80 por cento dos cidadãos africanos empregados, este crescimento passa despercebido. O desenvolvimento da agricultura encontra-se, em quase toda a África, nitidamente abaixo do crescimento global; os agricultores continuam a ser os mais pobres – a lutar contra as secas, as enchentes, as pragas, a falta de material, de adubos e inseticidas e ainda contra a falta de conhecimento técnico e a falta de acesso aos mercados. A maior parte destes países são, por mais estranho que pareça, grandes importadores líquidos de produtos alimentares.

Por outro lado, nos últimos anos, os governos africanos aperceberam-se dos sinais do tempo. Reconheceram a tendência que esta bomba social tem em crescer e que alberga o perigo da pobreza rural e insegurança a nível alimentar. Aperceberam-se também das oportunidades que a agricultura tem para oferecer: por um lado, pode beneficiar da crescente procura nas cidades e, por outro, pode – como aconteceu na Ásia – impulsionar o desenvolvimento global da economia; poderá fazer ainda com que se torne desnecessária a importação de alimentos a preços exuberantes.

Em 2003, o reconhecimento destas oportunidades fizeram com que os governos africanos assinassem a Declaração de Maputo e no âmbito da *União Africana (UA)* criaram o *Programa Global de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP)*. Objetivos importantes desta iniciativa são, entre outros, uma agricultura que se adapte às necessidades sociais

e ambientais, uma reestruturação responsável dos regadios, um melhoramento do acesso ao mercado por parte dos agricultores, tal como uma maior produtividade agrícola e uma gestão de crise mais eficiente com o objetivo de melhorar a estabilidade alimentar. Além disso, mais investimentos na pesquisa agrária deverão contribuir para a melhoria destes objetivos. Estava planeado que, o mais tardar em 2008, todos os Estados africanos doassem no mínimo dez por cento dos seus fundos nacionais, em prol da agricultura e do desenvolvimento agrícola. Até hoje, só poucos países o fizeram.

Posto isto, formaram-se algumas estratégias regionais de coordenação agrária e planos nacionais de investimentos agrícolas. A agência alemã *GIZ, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*, apoia as instituições responsáveis em nome do Ministério alemão da Cooperação e do Desenvolvimento Económico (*Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung – BMZ*).

INVESTIDORES AGRÍCOLAS: OPORTUNIDADE OU PERIGO?

A concretização de todos estes planos requer, no entanto, um avançado conhecimento técnico e recursos monetários suficientes, bens que na África subsaariana são escassos. Além disso, a maior parte dos governos não dá a devida importância à sua principal missão de proporcionar um nível de educação mais elevado à sua população. Os fundos agrícolas continuam quase vazios e nem a ajuda humanitária internacional consegue angariar os meios suficientes para fazer com que a economia africana dê, finalmente, o «grande salto». É por esta razão que, atualmente, alguns dos governos africanos apostam tanto em investidores agrícolas estrangeiros, como em investidores privados – especialistas na questão – e a solvência destes investidores poderá ajudar a aproveitar, de forma mais eficaz, os grandes terrenos inutilizados. Com o objetivo de desenrolar estes processos o mais rápido possível, os governos atraem estes investidores



Fig. 2/3: Terra e Água – O usufruto responsável destes dois recursos é a chave para a segurança alimentar.

com facilitismos nas burocracias alfandegárias e nos impostos exercidos e por vezes, até consentem uma utilização liberal dos recursos naturais, prometendo-lhes em troca grandes áreas de terras aráveis.

Partes da sociedade civil dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos olham com ceticismo para os grandes investimentos agrícolas, que estão a decorrer nos países pobres de África. Designam estes investimentos de «roubo de terra sem escrúpulos», de *land grabbing*. Temem uma vaga deste fenómeno, onde os investidores estrangeiros se apoderam das terras dos agricultores mais pobres – e isto com a ajuda de elites africanas corruptas ou simplesmente sobrecarregadas com a situação.

Não há dúvida alguma que o *land grabbing* existe. Eu assisti a provas concretas disso em várias partes do mundo. Num distrito de Uganda, Mubende, falei com pequenos agricultores que, apesar da situação jurídica desse país, foram expulsos das suas terras e das suas aldeias através de forças militares – para o benefício de uma empresa alemã de café e uma empresa florestal multinacional. No norte da Argentina, devido à desflorestação conduzida por empresas agrícolas para o cultivo de soja, assisti à deslocação de índios nativos das suas terras no Chaco. Na província Isabela, nas Filipinas, soube do esquema que uma empresa produtora de etanol utiliza para conseguir terras para o cultivo de cana-de-açúcar: pequenos agricultores são aliciados com contratos duvidosos, de tal maneira estruturados, que os levam a assinar algo que não entenderam ao certo.

O *land grabbing* e a destruição de pequenas comunidades e do meio ambiente são atos moralmente condenáveis e, em termos de desenvolvimento político, indubitavelmente contraproduativos. Criam conflitos locais e internacionais e albergam riscos económicos que dificilmente serão calculáveis. Isto foi-me mencionado várias vezes, tanto por pessoas com quem tive contacto em África, como por investidores apreensivos. Como lutar contra esta tendência? Para alcançar lucros a longo prazo, investidores agrícolas, ao investirem em África, terão de agir de forma social e ecologicamente responsável. Os direitos dos pequenos agricultores sobre a água e as terras têm necessariamente de ser respeitados; contratos de

investimentos têm de ser negociados de forma transparente e democrática e, ao serem analisados, terão que ter conta o impacto na segurança alimentar, no meio ambiente e nos recursos de água locais. As regras que ditam a consencionalização dos investimentos espelham as normas jurídicas mundialmente reconhecidas e que atualmente fazem parte integrante de diretrizes internacionais na área dos investimentos agrícolas – nomeadamente do *Banco Mundial* e das *Nações Unidas*.

Em África, pesquisei juntamente com três jornalistas nativos – Nebert Mulenga, na Zâmbia, William Mapote em Moçambique e Orton Kishweko, na Tanzânia. Quisemos saber o que realmente significam estes investimentos agrícolas para as pessoas destes países. Questionamos: até que ponto favorecem ou desfavorecem a segurança alimentar, a utilização sustentável de recursos naturais e do desenvolvimento agrário? Demos uma vista de olhos e colocamos inúmeras questões. As respostas encontradas são apresentadas nos cinco capítulos que se seguem:

1. Em que situação se encontra atualmente a agricultura tradicional da Zâmbia, de Moçambique e da Tanzânia – composta por 80 a 90 por cento de pequenos agricultores? Quais são os fatores que levam a esta produtividade reduzida? Porque continuam os pequenos agricultores ameaçados de fome? Qual o impacto da agricultura tradicional sob as terras, o meio ambiente, os recursos de água e o clima? E também, quais os objetivos alcançados até hoje pelos líderes políticos e as organizações internacionais, no seu empenho em mobilizar o verdadeiro potencial da agricultura e dos agricultores? O que esperam os países dos investidores agrícolas estrangeiros?
2. A Zâmbia, Moçambique e a Tanzânia apostam cada vez mais em investidores agrícolas estrangeiros com o fim de desenvolver o setor agrícola. Oferecem termos atrativos aos investidores, porém também exigem bastante. Quais são os critérios dos investimentos agrícolas que se evidenciam e que dizem respeito a todos os participantes? Quais são os fatores que tornam um investimento num desafio correto e transparente?

3. Como portadoras de identidade económica, social e cultural dos seus povos, as terras dos pequenos agricultores da Zâmbia, de Moçambique e da Tanzânia são provavelmente o seu recurso mais importante, podendo dizer-se que o Estado é, através da responsabilidade que tem perante o bem da sociedade, o proprietário do país. Como está regulado o acesso às terras aráveis? Quais são os meios que investidores agrícolas estrangeiros utilizam para usufruir do potencial agrícola do país – é através da cooperação com os pequenos agricultores, com as entidades e os responsáveis dos organismos humanitários?
4. Terras aráveis só trazem proveito se existir um fornecimento de água regular e garantido. Em várias regiões destes países, a água das chuvas não é suficiente para cobrir o consumo de água que possibilita lucros sustentáveis e satisfatórios. É necessário explorar a água dos rios, das barragens, das zonas pantanosas e das águas do subsolo, para irrigar milhões de hectares de terras cultivadas. Até que ponto estará esta água disponível e acessível? Como lidam os investidores com esta questão? Quais são os desafios que se colocam através da administração de água para o uso agrícola – são regulados a nível nacional ou internacional? Esta última questão debruça-se sobre a cooperação internacional na zona fluvial do rio Zambeze.
5. A rotina agrícola nesses países é árdua e repleta de desafios permanentes. Grandes objetivos e grandes visões poderão servir de fonte de inspiração. Os governos aspiram mais investimentos agrícolas e com esse objetivo em mente criam bancos do Estado; identificam grandes áreas de cultivo e possíveis investidores. Um olhar sobre o projeto moçambicano *ProSavana* mostra-nos as oportunidades e os perigos envolvidos. Outra questão que colocamos analisa o potencial que se esconde atrás da singular parceria que a empresa sueca *AgroEcoFuel* pretende em criar com milhares de agricultores da Tanzânia.

A confiança que nos foi dada por pequenos agricultores, chefes de povos e assembleias locais marcou a nossa procura pelas respostas; chateamos donos de quintas e trabalhadores com as nossas perguntas incessantes;